

A ESCRITA UTÓPICA COMO FUGA DA IMPRATICABILIDADE DO REAL: O Brasil como espaço de refúgio e progresso em Stefan Zweig e Michel Laub

MUNSBURG, Gabriel Felipe Pautz (UFRGS)

“E nenhuma fantasia é suficiente para imaginar o que esta terra, este mundo, será para a futura geração.”
– Stefan Zweig, em *Brasil, país do futuro*.

Introdução

Em 1941, o escritor austríaco Stefan Zweig realizou o lançamento de *Brasil, país do futuro*, ensaio contendo o resultado de suas pesquisas pelo país no qual fixou residência em seu exílio até sua morte. A obra – que foi lançada simultaneamente em português, alemão, francês, inglês e sueco – causou recepções diferenciadas por seus leitores. A boa imagem do Brasil passada por Zweig foi, e continua sendo, alvo de críticas e desacordos, uma vez que o país sofria com a ditadura do Estado Novo (1939-1945); dessa forma, *País do futuro* foi taxada muitas vezes como uma obra que, ao elogiar o Brasil, louvava também o governo brasileiro.

Setenta anos após o lançamento de *Brasil, país do futuro*, Michel Laub publica *Diário da queda* (2011), romance no qual a história de três gerações de uma família de origem judaica é discutida em uma narrativa fragmentada, tanto pela percepção do próprio narrador – a terceira geração – quanto por trechos de escritos de seu pai e seu avô, este último um judeu alemão sobrevivente de Auschwitz que se refugiou em Porto Alegre após sua libertação. O sobrevivente dos campos de concentração escreve cadernos de verbetes sobre como o “mundo deveria ser”, tão distantes da realidade quanto o Brasil caracterizado por Stefan Zweig.

A proposta deste breve artigo, por consequência, é analisar comparativamente a escrita destes dois judeus alemães refugiados no Brasil dos anos 1940, valendo-se de suas visões imaginárias de sociedade em que estão inseridos.

Exílio judeu nas décadas de 1930 e 1940

A história do exílio de judeus europeus, em virtude da ascensão e permanência do partido nacional-socialista na Alemanha, pode ser dividida em três fases, conforme artigo de Izabela Kestler (2007): a primeira, de 1933 a 1938, pode ser chamada de exílio

ou “sala de espera”. Nesta fase, os judeus alemães procuravam exílio nos países vizinhos à Alemanha, principalmente França e Tchecoslováquia. A segunda fase inicia-se após a *Reichskristallnacht* – Noite dos cristais quebrados – em 9 de novembro de 1938, e a queima de sinagogas, momento em que há uma interrupção de quaisquer atividades intelectuais por parte dos judeus, os quais realizam uma fuga em massa para além dos países vizinhos à Alemanha (a Áustria já estava anexada ao Terceiro Reich desde março daquele ano, fazendo com que muitos judeus procurassem exílio em outros países). Dá-se então, entre 1940 e 1945, a terceira fase de exílio, denominada fase ultramarina, na qual os judeus espalham-se por praticamente todos continentes, incluindo a América do Sul.

Não há um número conciso dos judeus que chegaram ao Brasil durante o período da Segunda Guerra Mundial, principalmente porque o país também passava pela ditadura do Estado Novo que, desde 1937, possuía políticas restritivas a imigrantes. Entretanto, a tese de René Decol (1999), intitulada “Imigrações urbanas para o Brasil: o caso dos judeus”, estima que, entre 1920 e 1949, mais de 60 mil judeus migraram ao Brasil. Entre os principais destinos dos imigrantes, os grandes centros culturais do país foram os mais procurados, sendo eles São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, uma vez que muitos dos destes que aqui se exilavam faziam parte de uma elite intelectual. Uma vez que acomodados ao país de exílio, continuaram em atividade. Como exemplos dos mais conhecidos, podemos citar Stefan Zweig, Ernst Feder e Herbert Caro¹.

Em 1933, após ter a prática da profissão de advogado revogada por sua ascendência judaica, Herbert Moritz Caro deixou Berlim em direção à França, onde estudou letras românicas. Como o cerco aos refugiados alemães continuou fechando-se, Caro e sua esposa, Nina Zabłudowski, imigraram em 1935 ao Brasil, onde fundou a Sociedade Israelita do Brasil em Porto Alegre. Na capital gaúcha, Caro atuou também como crítico, escrevendo inúmeros artigos sobre música, literatura e propaganda. Foi, entretanto, através das traduções de obras de Thomas Mann, Emil Ludwig, Max Frisch, Elias Canetti e outros que tornou-se conhecido. Através de suas pesquisas², escreveu também sobre as relações do Brasil encontradas nas obras de Thomas Mann, “descobrimo” a nacionalidade brasileira de sua mãe, Julia Mann.

Ernst Feder, por sua vez, exilou-se no Rio de Janeiro a partir de 1941, após breve período em Paris, onde teve contato com o embaixador Souza Dantas, o qual, além de

conseguir vistos de permanência a Feder e esposa, Erna Zobel, escreveu-lhe uma carta de recomendação ao jornal A Noite, do Rio de Janeiro. Dois meses após sua chegada ao país, Feder já possuía sua coluna no Jornal do Brasil. Também trabalhou como correspondente aos jornais *Nationalzeitung* (da Basileia), *Aufbau* (de Nova York) e *Argentinisches Tageblatt* (de Buenos Aires). Bem verdade que, após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, houve uma diminuição das publicações de Feder na imprensa brasileira. Feder escrevia de forma a mediar os acontecimentos políticos do Brasil com a cultura alemã, vivendo intensamente o intercâmbio cultural entre ambos os países. Amigo íntimo do casal Lotte e Stefan Zweig, ficou conhecido como o último a vê-los vivos³. Esquecido intelectualmente, Feder retornou a Alemanha em 1958, onde faleceu em 1964.

Stefan Zweig e o país do futuro

Stefan Zweig (1881-1942) foi um dos escritores europeus que se refugiou no Brasil no início do século XX. Mesmo sendo um dos escritores mais prestigiados durante a década de 1920, Zweig deixou a Áustria em 1934 devido à ascensão do nazismo e das políticas antisemitas de Adolf Hitler, que ultrapassavam as fronteiras alemãs, uma vez que possuía origem judaica. Após seis anos vivendo como cidadão britânico entre Londres e Bath, o austríaco e sua esposa, Charlotte Elizabeth Altmann, cruzaram o oceano indo aos Estados Unidos da América e, na sequência, para o Brasil, onde fixaram residência em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro.

Desde sua primeira passagem por terras brasileiras, em 1936, Stefan Zweig ficou fascinado pelo que viu em sua chegada ao Rio de Janeiro, como conta na introdução de *Brasil, país do futuro* (1941):

“Deu-se então a minha chegada ao Rio, que me causou uma das mais fortes impressões de minha vida. Fiquei fascinado e, ao mesmo tempo, comovido, pois se me deparou, não só uma das mais magníficas paisagens do mundo, nesta combinação sem igual de mar e montanha, cidade e natureza tropical, mas também uma espécie inteiramente nova de civilização” (ZWEIG, [1941] 1960, p. 4).

A visão positivista de Zweig sobre o Brasil exposta em seu ensaio foi evidentemente reforçada por sua crítica ao nacionalismo e às teorias eugênicas europeias. O escritor aborda a história do país desde seu descobrimento em 1500 até a

década de 1930 de forma pacífica, realizando elogios – muitas vezes exagerados – à civilização e política brasileira. Todavia, o presidente Getúlio Vargas implantava, desde 1937 após golpe político, um regime de poder central e autoritário que exaltava o nacionalismo e o anticomunismo, conhecido como Estado Novo. Políticas imigratórias seletivas e restritivas foram instauradas juntamente ao Estado Novo, dificultando a entrada de judeus e demais refugiados do nazismo em terras brasileiras. Tais políticas baseavam-se em doutrinas racistas como o arianismo, darwinismo social e eugenia para a concessão de vistos de entrada no Brasil. Zweig aponta que, se posto em prática no Brasil, este “delírio europeu de nacionalidade e raças” poderia transformá-lo no “país mais desunido, menos pacífico e mais intranquilo do mundo”:

“O que em outros países está teoricamente estabelecido apenas no papel e no pergaminho, a absoluta igualdade dos cidadãos na vida pública, bem como na vida privada, aqui existe de fato, na escola, nos empregos, nas igrejas, nas profissões e na vida militar, nas universidades, nas cátedras (...) Não há distinção de cores, exclusões, separações presunçosas” (ZWEIG, 1960, p. 8).

Ao falar da civilização, Zweig novamente exulta o povo brasileiro como seres “de compleição mais delicada”, “calmo, pensativo e sentimental” (ZWEIG, 1960, p. 113). Tais características são estendidas ao trato para com os estrangeiros:

“O brasileiro é de boa índole e de boa fé e o povo possui aquele traço de confiança e cordialidade que muitas vezes é próprio dos meridionais da Europa, porém que raramente é tão pronunciado e tão geral quanto aqui. Em todos os meses que aqui passei, não vi falta de afabilidade; nem nas classes superiores nem nas inferiores; por toda parte pude verificar a mesma ausência de desconfiança – hoje tão rara – para com os estrangeiros, para com os de outras raças ou de outras classes”(ZWEIG, 1960, p. 115).

Surge, portanto, uma questão a ser discutida sobre o ensaio de Stefan Zweig: por que seu texto reverencia a um Brasil imaculado e com pompas de “país do futuro”, enquanto a realidade político-social demonstra, se não o contrário, uma enorme disparidade com o relatado? Afastando-se da destruição proporcionada pelas doutrinas eugênicas em voga na Europa, Zweig aproxima utopicamente o Brasil à República de Platão, considerando este local na América o ideal para o progresso da humanidade acontecer. A impossibilidade dos avanços da humanidade acarreta, portanto, na criação de um mundo ficcional como ponto de referência a apaziguar tal míngua. O escritor é então o responsável pela criação deste novo mundo e pelas possibilidades de se ver a situação nas quais está imerso por outros vieses.

Aos olhos das autoridades brasileiras, porém, a imigração de negros, japoneses e judeus poderia significar a introdução de ameaças dos valores doutrinários à segurança nacional, como o socialismo e o comunismo, assim como a efetiva presença de raças inferiores, o que abalaria as pretensões de uma identidade brasileira, refletida numa totalidade branca e católica no Brasil à imagem do colonizador português.

“Comunismo e *judaísmo* passam a ser termos interligados, atacados através do discurso oficial, da literatura integralista e das idéias representativas do pensamento católico de direita, chamando a atenção das autoridades brasileiras para esta relação entre comunistas e judeus (CARNEIRO, 1988, p. 118).

Em outras palavras, o discurso nacional-socialista alemão foi adaptado à realidade brasileira e utilizado, através da intervenção do estado, na busca de um equilíbrio político, social e racial. René Gertz indica, em *O perigo alemão* (1991), o germanismo, o nazismo e o integralismo⁴ como justificativas à “campanha de nacionalização” colocada em prática pelo governo brasileiro, mas idealizada já aos primeiros passos da ascensão nacional-socialista na Alemanha. O interventor federal (governador) do Rio Grande do Sul entre 1938 e 1943, Cordeiro de Farias, desencadeou a ação estatal por considerar a região mais povoada de alemães como uma “base cultural e étnica comum [que] favorecia o separatismo do sul do Brasil” (CORDEIRO DE FARIAS apud. GERTZ, 1991, p. 63). Gertz aponta, então, duas frentes na campanha de nacionalização: uma através da educação e outra de forma repressiva; porém em que alguns casos não seja possível ter clareza quanto aos seus limites. A proibição do uso de línguas estrangeiras pode ser um exemplo desta campanha, pois inicia com o pretexto de unificar a língua portuguesa nas escolas, mas eclode na repressão, por vezes, violenta de seu uso, sobretudo após o Brasil entrar na guerra contra o Eixo, em 1942.

“A ação repressiva também é desencadeada logo no início do Estado Novo, mas num primeiro momento atinge mais integralistas e nazistas, em especial a partir da intentona de 1938. Gradativamente o aparelho repressor, porém, vai crescendo e ampliando sua ação, transformando muitas vezes disputas pessoais em perseguição ou originando incidentes cotidianos com efeitos muito danosos para as populações de origem alemã” (GERTZ, 1991, p. 67).

Todavia, é importante salientar que o antissemitismo não era uma preocupação urgente na vida dos imigrantes e refugiados europeus que já habitavam terras brasileiras, como notado através da atuação de Ernst Feder, por exemplo. Como analisa a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, os judeus residentes no Brasil durante a

ditadura da Era Vargas não foram obrigados a usar vestimentas que os distinguissem dos brasileiros natos nem sofreram discriminações como o uso de bancos separados em espaços públicos. “Entretanto muitos daqueles que para cá tentaram emigrar e não conseguiram, acabaram morrendo nos campos de concentração” (CARNEIRO, 1988, p. 249), efeito da recusa de vistos de entrada a milhares de judeus pelo governo Vargas. De qualquer modo, ao repensarmos a posição política na recusa do recebimento de refugiados tomada pelo Brasil neste período, concluímos para uma responsabilidade histórica diante da questão judaica e da Shoá.

Um tratado de como o mundo deveria ser

A partir desta breve contextualização, façamos o processo imaginativo proposto pelo narrador de *Diário da queda* (2011), de Michel Laub, romance no qual é narrada, entre outros assuntos, a situação de um judeu sobrevivente de Auschwitz pelo neto:

“Imagine uma casa rica em Porto Alegre, 1945. Imagine um jantar nessa casa, a mesa num dos ambientes da sala, uma família que fala vários idiomas, inclusive e em especial o alemão. A família é servida por empregados de uniforme e talvez comente a posse do presidente Eurico Gaspar Dutra, de quem meu avô jamais tinha ouvido falar, ou um discurso de Carlos Lacerda, de quem meu avô jamais tinha ouvido falar também, ou qualquer dessas referências conhecidas do período, os cassinos, a Rádio Nacional, as vedetes do teatro de revista, e pelo resto da noite se bebe e faz brindes e em nenhum momento o dono da casa se dirige ao meu avô a não ser para comentar que o mundo ficaria pior com a vitória americana na guerra” (LAUB, 2011, p. 27).

Fica bastante nítido ao leitor deste trecho perceber a, no mínimo, incômoda situação do sujeito recentemente chegado ao sul do Brasil em meio aos turbilhões políticos e econômicos de 1945. Uma vez que o avô faleceu antes do nascimento do narrador do romance de Laub, sua história é contada a partir de relatos dados por seu pai, alguns poucos comentários de sua avó, e por uma série de dezesseis cadernos com verbetes escritos pelo próprio avô paterno. A disposição de tais escritos, porém, é completamente distanteda realidade factual: “O verbete *leite*, por exemplo, fala de um *alimento líquido e de textura cremosa que além de conter cálcio e outras substâncias essenciais ao organismo tem a vantagem de ser muito pouco suscetível ao desenvolvimento de bactérias*” (LAUB, 2011, p. 24).

O trabalho de escrita dos cadernos deu-se de forma secreta da esposa e do filho, em seu escritório, aparentemente em um impulso único décadas após os eventos que

narra e encerrado com o suicídio de seu autor. Alguns anos depois de descobertos, o filho manda traduzir os cadernos escritos em alemão para só então poder ler os verbetes “leite”, “canil”, “gravidez”, “família”, etc., sem nunca encontrar algo da vida de seu pai antes da chegada ao Brasil e, muito menos, sobre a guerra ou Auschwitz. O conteúdo dos cadernos mostra a seu leitor uma espécie de tratado de como o mundo deveria ser, contendo verbetes “evidentemente mentirosos”, como analisa o neto:

“Nos cadernos do meu avô, o Brasil de 1945 era um país que não tinha passado pela escravidão. Onde nenhum agente do governo fez restrições à vinda de imigrantes fugidos da guerra. Um lugar repleto de oportunidades para um professor de matemática que não falava português, e logo depois de se curar da febre tifoide meu avô começou a procurar emprego, não seria muito difícil já que havia uma demanda grande nas escolas, nas faculdades, nos institutos que faziam Porto Alegre uma cidade de excelência científica, que também promovia simpósios regulares sobre arte e filosofia, eventos agradáveis seguidos por noites agradáveis num dos inúmeros cafés do centro frequentados por mulheres *bonitas e solteiras como convém*, cujos pais ficariam muito satisfeitos ao serem apresentados a um judeu” (LAUB, 2011, p. 27).

O sobrevivente de Auschwitz escreve tal “como o mundo deveria ser”, de forma semelhante à criação estereotipada de Stefan Zweig sobre o Brasil. Ambos os autores dos textos são sujeitos traumatizados pela involução da humanidade com a ascensão dos discursos nazistas e fascistas na Europa, até então o centro do mundo. Além da fuga física do epicentro das catástrofes, estes refugiam-se num país que até então é tido como um paraíso natural, na visão dos próprios estrangeiros, além de promessas de progressos. Em tais sujeitos destituídos de passado, um esteio para sobreviver às calamidades da vida é de suma importância e, quando a realidade factual não lhes oferece tal base, a escrita surge como possibilidade de proteção e até mesmo como redenção.

Apesar das escritas de Stefan Zweig em *Brasil, país do futuro* e do avô em *Diário da queda* mostrarem uma busca, ou minimamente uma esperança, pelo progresso, o passado e até mesmo o presente são vistos de forma diferente. Zweig trata a situação europeia de forma crítica, condenando os preconceitos em voga na Europa: “O ódio entre as classes e o ódio entre as raças, essas plantas venenosas na Europa, ainda não criaram raízes aqui” (ZWEIG, 1960, p. 116). Já em *Diário da queda* é notável o silêncio do avô sobre qualquer referência à Alemanha, guerra, campos de concentração e até mesmo sobre judaísmo:

“Do ramo da família do meu avô morreram todos em Auschwitz, e não há uma linha a respeito deles nos cadernos. Não há uma linha sobre o campo em si, quanto tempo meu avô ficou lá, como fez para sobreviver, o que sentiu quando foi libertado (...). Meu avô não escreveu nada sobre judaísmo. Nenhum comentário sobre a conversão da minha avó” (LAUB, 2011, p. 30).

A necessidade do apagamento do passado também pode ser vista na falta de comunicação entre o sobrevivente de Auschwitz e seu filho, em *Diário da queda*. Além do pai nunca falar sobre seu passado, os cadernos são escritos por ele em alemão, detalhe que ratifica o não-compartilhamento das emoções do pai para com o filho, do passado com o presente e a realidade, visto que a língua também não lhe foi ensinada.

Conclusão

A partir de sua escrita, o avô do narrador de *Diário da queda* tenta criar uma nova realidade para o mundo em que vive sem quaisquer problemas. A escravidão, por exemplo, é então esquecida do passado do Brasil, assim como o sobrevivente tenta apagar qualquer lembrança de Auschwitz de sua memória. Porém, seu suicídio é a confirmação de que os terrores sofridos na Alemanha nazista e nos campos de concentração sempre estiveram incrustados na vida deste sobrevivente (“Meu avô ia comprar pão e jornal: Auschwitz. Meu avô dava bom-dia para a minha avó: Auschwitz”; LAUB, 2011, p. 99), tais quais os números tatuados em seu braço.

O exílio físico, porém, não é suficiente aos emigrantes. A narração do passado é penosa, sobretudo ao sobrevivente de um campo de concentração, que torna tal experiência vivida inenarrável, e a criação de um mundo ideal, através da escrita, mostra-se também insuficiente. A redenção esperada, portanto, nunca chega e o término de suas vidas é antecipado, não coincidentemente, pelo suicídio.

Guardadas as proporções entre realidade e ficção, o suicídio do narrador de *Diário da queda*, décadas após o término da guerra, com a vida familiar e econômica consolidada em Porto Alegre, remete o leitor ao pacto final de Charlotte e Stefan Zweig tal uma mensagem sobre a impraticabilidade humana pós-Auschwitz, como reitera Alberto Dines:

"O surpreendente pacto de morte quatro dias depois do Carnaval carioca recorta-se diferenciado no panorama da banalização do suicídio. Os pelotões de homens-bomba desqualificam o supremo sacrifício, retiram-lhe a porção nobre para o converter em mero assassinato político. O suicídio de Zweig,

naquela hora crucial e naquele paraíso, foi uma de suas mais vigorosas mensagens. Talvez só hoje apreendidas" (DINES, 2007, p. 161).

Referências

CARNEIRO, Maria Luiz Tucci. **O anti-semitismo na Era Vargas**: fantasmas de uma geração (1930-1945). São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

DECOL, René Daniel. *Imigrações urbanas para o Brasil: o caso dos judeus*. 1999. 250 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000186726>>. Acesso em: 26 de maio de 2016. UNICAMP, SP, 1999.

DINES, Alberto. *Stefan Zweig, aquele que volta*. In: **Noaj=Noah**: revista literária / Asociación Internacional de Escritores Judíos en Lengua Hispana y Portuguesa. - n. 16/17, jun. 2007. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007.

ECKL, Marlen. “A flor do exílio” – A amizade de Stefan Zweig e Ernst Feder vista a partir do 'Diário Brasileiro' de Feder. In: **WebMosaica**. Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Porto Alegre, vol. 2, jul-dez. 2012. Disponível em <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/webmosaica/article/view/37709/24346>>. Acesso em: 29 de maio de 2016.

GERTZ, René. **O perigo alemão**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1991.

KESTLER, Izabela Maria Furtado. **Exílio e literatura**: escritores de fala alemã durante a época do nazismo. Trad. Karola Zimber. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. Herbert Moritz Caro: exílio e vida no Brasil. In: *Revista Contingentia*. Porto Alegre, vol. 2, n. 1, mai. 2007. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/contingentia/article/view/3850/2148>>. Acesso em: 26 de maio de 2016.

LAUB, Michel. **Diário da queda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NEUMANN, Gerson Roberto. Conhecendo Herbert Caro. In: *Revista Contingentia*. Porto Alegre, vol. 2, n. 1, mai. 2007. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/contingentia/article/view/3852/2150>>. Acesso em: 19 de março de 2016.

ZWEIG, Stefan. **Brasil, país do futuro**. Trad. Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960.

Gabriel Munsberg é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Letras, área de Estudos da Literatura, linha de Teoria, Crítica e Comparatismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPG-L/UFRGS), com bolsa CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa “Memória e escrita da pluralidade. Vozes da (i)migração alemã na formação do Brasil”. E-mail para contato: gabriel_munsberg@yahoo.de.

¹Izabela Maria Furtado Kestler, em sua tese de doutorado, apresenta um panorama biobibliográfico sobre escritores e jornalistas de língua alemã que encontraram asilo (“de acordo com a nomenclatura de Manfred Durzack [em *Die deutsche Exilliteratur (1933-1945)*, de 1973], [o Brasil] não deve ser considerado um país de exílio, mas sim um país de asilo”; KESTLER, 2003, p. 64) no Brasil entre 1930 e 1945 e contribuíram para a vida cultural e artística brasileira. Além de Caro, Feder e Zweig, destacam-se também Anatol Rosenfeld, Frank Arnau, Louise Bresslau-Hoff, Otto-Maria Carpeaux, Richard Katz, Ulrich Becher, entre outros.

²O trabalho de Herbert Caro como colunista nos “Cadernos de Sábado” do jornal O Correio do Povo e sua relação com o Brasil, em especial com a cidade de Porto Alegre, é objeto do artigo “Conhecendo Herbert Caro”, de Gerson Roberto Neumann, publicado na Revista Contingentia de maio de 2007, em edição comemorativa ao centenário do nascimento do tradutor berlinense disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/contingentia/issue/view/339>> (último acesso em 29 de maio de 2016).

³Sobre os encontros de Ernst Feder com intelectuais brasileiros, a amizade com Lotte e Stefan Zweig e maiores detalhes das impressões do berlinense sobre o Brasil, ver o artigo “„A flor do exílio” – A amizade de Stefan Zweig e Ernst Feder vista a partir do 'Diário Brasileiro' de Feder”, de Marlen Eckl (2012).

⁴Entende-se por germanismo (*Deutschum*) uma “ideologia e prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã” (GERTZ, 1991, p. 32). Quanto à infiltração nazista no Brasil, René Gertz sugere a leitura de duas obras da época, *A 5ª coluna no Brasil*, de Aurélio da Silva Py e *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande do Sul*, de J. P. Coelho de Souza. “De uma maneira geral pode-se dizer, em resumo, que o regime nazista na Alemanha era contestado por pequenos grupos, sobre os indiferentes não temos dados, e a maioria das lideranças era simpática – estas últimas em sintonia com a posição do governo brasileiro” (idem, p. 51). Sobre o integralismo, o pesquisador aponta para a presença de “muitos nomes alemães entre os que se destacam na organização partidária” (idem, p. 55) e que houve uma expansão deste projeto no interior do Estado, porém que, por outro lado, havia cisões entre integralistas, nazistas e pastores luteranos germanistas, desfavorecendo para uma unidade dos teutos neste contexto.